

DESPACHO N.º 2018/R/56

Assunto: Criação da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior – Normas de Organização e Funcionamento. Alteração

Preâmbulo

A Universidade da Beira Interior nos termos dos seus Estatutos é uma Instituição orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo e do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental e tem como missão promover a qualificação de alto nível, a produção, transmissão, crítica e difusão de saber, cultura, ciência e tecnologia, através do estudo, da docência e da investigação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º dos Estatutos são entre outros objetivos da UBI o de valorizar as atividades dos seus investigadores, docentes e funcionários, estimular a formação intelectual e profissional dos seus estudantes.

Considerando que, o reforço de uma cultura de administração responsável no quadro da autonomia universitária e da sã convivência entre os diversos corpos da comunidade académica, no que toca ao respeito pelos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, que legitima a sua autonomia e o compromisso perante estes e a sociedade.

Considerando que, a Universidade promove nas suas atividades a dignidade da pessoa humana tendo por base a responsabilidade profissional e social dos seus membros.

Considerando que, nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Lei n.º 62/2007 as instituições de ensino superior para além das normas legais e estatutárias e demais regulamentos a que estão sujeitas, podem definir códigos de boas práticas em matéria pedagógica e de boa governação e gestão.

Tendo em consideração que pelo despacho n.º 2015/R/69 de 7 de outubro foi aprovada a criação da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior – Normas de Organização e Funcionamento, e que, em face da experiência adquirida se mostra necessário introduzir alguns ajustamentos na sua organização e funcionamento.

Assim, nos termos da alínea d, e), q) e t) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º dos Estatutos, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 45/2008 publicado na 2.ª Série do D.R. n.º 168 de 1 de setembro, determino:

A alteração do Despacho n.º 2015/R/69 de 7 de outubro - Criação da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior – Normas de Organização e Funcionamento e a sua republicação em anexo ao presente despacho do qual faz parte integrante, com a redação e renumeração atual.

Universidade da Beira Interior, 30 de julho de 2018

O Reitor

António Fidalgo



ANEXO

Criação da Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior – Normas de Organização e Funcionamento

(republicação do despacho n.º 2015/R/69 de 7 de outubro)

Artigo 1.º
Criação

É criada a Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior adiante designada por Comissão de Ética.

Artigo 2.º
Natureza e Atribuição

1. A Comissão de Ética é um órgão consultivo independente que tem como atribuição a análise de questões no âmbito das atividades desenvolvidas pela Universidade da Beira Interior, seguindo padrões de ética.
2. Em especial, compete-lhe proteger e garantir a dignidade e a integridade da pessoa humana nas atividades laborais, de ensino e de investigação, bem como o respeito devido aos cadáveres ou a matéria biológica originária de seres humanos e de outros animais.

Artigo 3.º
Composição

1. A Comissão de Ética tem uma composição multidisciplinar, que deve cobrir todas as áreas do seu campo de ação e será composta por 13 membros:
 - 1.1. Cinco (5) membros do pessoal docente provenientes e indicados por cada uma das Faculdades;
 - 1.2. Três (3) membros indigitados pelo Reitor;
 - 1.3. Cinco (5) membros externos, admitidos por cooptação, pelos elementos a que se referem os n.ºs anteriores em reunião convocada para o efeito pelo Reitor e presidida pelo seu membro com maior graduação académica e, dentro duma mesma categoria, pelo que tiver maior antiguidade na carreira universitária, presente na reunião.
2. Os membros da Comissão de Ética a que se refere os números 1.1 e 1.2 e os cooptados a que se refere o n.º 1.3, são nomeados por despacho do Reitor.
3. A duração do mandato dos membros da Comissão de Ética é de dois anos não devendo em princípio os seus membros cumprir mais de dois mandatos na qualidade em que foram designados.
 - 3.1. Na primeira composição da Comissão de Ética a duração do mandato dos membros cooptados a que se refere o n.º 1.3, é de três anos.

Artigo 4.º **Competências**

1. Analisar e emitir parecer às questões que no domínio da ética lhe sejam submetidas por membros da Universidade da Beira Interior ou veiculadas pela Reitoria que suscitem problemas éticos no âmbito das atuações, responsabilidades e relações, internas e externas, das unidades que integram a Universidade, bem como da conduta dos seus membros, designadamente quando digam respeito ao ensino, à investigação, à gestão, a atividades de extensão ou a outras atividades académicas que possam ter interesse geral para a vida universitária, em especial:

a) Os trabalhos de investigação realizados nas Unidades e subunidades Orgânicas da UBI em particular, aqueles que envolvam, sob qualquer forma, pessoas, animais, ou material biológico de origem humana ou animal;

b) Os conteúdos das matérias lecionadas e métodos de ensino na Universidade e, em particular os relacionados com Ética e Deontologia Profissional.

2. Emitir facultativamente, por sua iniciativa, pareceres sobre qualquer protocolo de investigação em curso na Universidade ou sobre qualquer outra matéria do foro ético que considere pertinente, sempre que obrigatoriamente não se encontrem submetidos a Comissões de Ética específicas.

3. Promover o respeito pela dignidade e integridade humanas e a ética da utilização de animais em investigação, e tendo em especial atenção os códigos deontológicos profissionais, bem como as declarações e diretrizes internacionais sobre ética e bioética.

4. Apoiar e fomentar o cultivo e a formação em Ética no seio da UBI tendo em vista prevenir situações que possam configurar plágio, violação de direitos de propriedade intelectual ou fraude no que respeita a autoria ou coautoria e promover ações de formação para os investigadores e estudantes associados a trabalhos no domínio da investigação humana ou animal.

5. Emitir em sentido pró-ativo, e sempre que possível, informações ou recomendações que possam ajudar a prevenir ou corrigir situações passíveis de gerar conflitualidade ou dúvidas, sobre aspetos técnicos que auxiliem os investigadores nos projetos a que se propõem.

6. Estimular a comunicação e cooperação com Comissões de Ética de outras Universidades e quaisquer outras entidades nomeadamente em termos de acreditação e as que promovam a uniformização de critérios de análise bem como solicitar a terceiros toda a informação que considere relevante.

7. Responder em termos de extensão a solicitações provenientes do exterior que lhe sejam feitas no âmbito das suas competências ou no quadro da cooperação que venha a ser estabelecida com outras Comissões de Ética de Universidades e outras entidades externas.

8. Monitorizar os protocolos de investigação relativamente aos quais a Comissão emitiu parecer bem como outros que lhe venham a ser solicitados no âmbito de atividades que decorram associados à UBI, até cinco anos após a publicação dos seus resultados.



Artigo 5.º **Limites de atuação**

1. A Comissão de Ética não faz deliberações jurídicas ou disciplinares, mas apenas emite pareceres, pelo que o conteúdo dos seus documentos deve limitar-se à análise da concordância ou não das práticas com as boas normas de conduta ética e não à definição de culpa ou atribuição de responsabilidades.
2. A Comissão de Ética não emite pareceres em matérias de natureza obrigatória que a lei exige que venham a ser emitidos por Comissões de Ética com competência para o efeito bem como reconhece outros pareceres que no âmbito de uma política de reciprocidade sejam emitidos por outras Comissões de Ética sem prejuízo do direito de poder vir a ser informada relativamente à emissão dos mesmos.

Artigo 6.º **Exercício de Funções**

1. Os membros da Comissão de Ética mantêm-se em funções sem prejuízo dos procedimentos conducentes à conclusão do processo de nomeação dos novos membros.
2. Nenhum membro da Comissão de Ética pode ser suspenso ou destituído senão pela própria Comissão, em casos justificados, por maioria absoluta, sendo o termo do mandato dos novos membros o do órgão colegial, independentemente das datas de nomeação.
3. Os membros da Comissão de Ética da UBI poderão:
 - a) Renunciar ao mandato;
 - b) Suspender o mandato, designadamente:
 - i) Em caso de doença comprovada;
 - ii) Pelo exercício de outras funções de caráter transitório manifestamente incompatíveis com o cargo para que foram designados;
 - iii) Pelo exercício de funções e ou atividades que o obriguem a ausentar-se por um período de tempo prolongado;
 - iv) Quando apresentem candidaturas ao cargo de Reitor ou Presidente de Faculdade.
- 3.1. O pedido de renúncia ou suspensão (com duração prevista) do mandato deve ser endereçado ao Presidente da Comissão de Ética da UBI e apreciado na reunião imediata à sua apresentação.
- 3.2. Em caso de suspensão aceite pela Comissão de Ética, esta continuará a funcionar apenas com os restantes membros efetivos.
4. Perdem o mandato os membros da Comissão de Ética que:

a) Cometam falta grave considerada como tal pela maioria absoluta dos membros da Comissão de Ética;

b) Deixem de ter a qualidade pela qual foram designados, nomeadamente por passarem a desempenhar funções de Reitor, membro de equipa Reitoral ou Presidente de Faculdade;

c) Faltem injustificadamente a duas reuniões da Comissão de Ética seguidas ou a três interpoladas.

5. Em caso de vacatura do cargo de qualquer membro, o novo membro, completa o mandato.

6. A vacatura que ocorra entre os membros cooptados é preenchida individualmente segundo um processo análogo ao da cooptação desses membros, presidindo à reunião o Presidente da Comissão de Ética.

Artigo 7.º

Organização e Funcionamento

1. A Comissão de Ética funcionará em plenário, sendo que, para permitir maior eficiência funcional, possam vir a ser instituídas no seu âmbito para assuntos específicos Comissões “ad-hoc”.

1.1. A Comissão de Ética dispõe de um Núcleo Executivo constituído pelo Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ética, que tem como função acompanhar a evolução das atividades da Comissão de Ética, promovendo e vigiando o seu cumprimento dentro dos prazos previstos e, em geral, em tempo útil.

2. A Comissão de Ética pode recorrer a consultores externos para apoio em aspetos genéricos ou em processos de áreas especializadas, sem limite de número.

2.1. Os consultores externos são integrados por convite do Reitor por proposta da Comissão de Ética, uma vez que declarem que aceitam ficar sujeitos às presentes normas de organização e funcionamento;

2.2. Os consultores externos apenas participam na discussão do processo específico para o qual foram convidados.

Artigo 8.º

Gratuidade de funções

Os membros da Comissão de Ética não recebem qualquer remuneração específica por esta sua atividade.

Artigo 9.º

Apoio administrativo

1. Para o seu adequado funcionamento disporá a Comissão de Ética de um secretariado, ainda que não exclusivo, que inclui recursos humanos, equipamento informático e de comunicação o qual assumirá as interfaces documentais e executará as instruções que aquela lhe atribuir.

2. A Comissão de Ética disporá ainda de portal web específico, em línguas portuguesa e inglesa, dentro do da Universidade.

Artigo 10.º **Presidente e Vice-Presidente**

1. A Comissão de Ética elege, na primeira reunião, necessariamente plenária, realizada após a sua nomeação, e de entre os seus membros, um Presidente e por proposta deste um Vice-Presidente.

2. Ao Presidente da Comissão de Ética compete:

a) A representação da Comissão;

b) A coordenação da sua actividade;

c) A direção das suas reuniões, incluindo-se nesta a de convocar e presidir às reuniões; dirigir os respetivos trabalhos; apreciar as justificações das faltas dos membros da Comissão de Ética; declarar ou verificar as vagas na Comissão de Ética e proceder no sentido de que sejam operadas as respectivas substituições; colocar à votação as propostas e requerimentos; propor quando considerado oportuno a constituição de Comissões “ad-hoc” para assuntos específicos com a composição que considere adequada; acompanhar e incentivar os respetivos trabalhos e velar pelo cumprimento dos prazos; atribuir as funções de relator e distribuição dos respetivos processos; verificar em cada reunião a atualização da declaração de inexistência de incompatibilidades;

d) A elaboração de proposta de ficha de incompatibilidades e suas alterações quando aplicável;

e) A elaboração do relatório anual de atividades da Comissão, a remeter ao Reitor.

3. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nestas funções, nos casos de impossibilidade deste ou quando este o tiver por conveniente.

4. O Presidente da Comissão de Ética não interfere no exercício das competências dos demais órgãos da Instituição, não lhe cabendo representá-la nem pronunciar-se em seu nome.

Artigo 11.º **Reuniões**

1. A primeira reunião da Comissão de Ética após a nomeação de todos os seus membros é convocada pelo membro incumbido da Presidência a que se refere o n.º 1.3 do artigo 3.º ao qual compete submeter a homologação do Reitor os membros eleitos para os cargos a que se refere o artigo anterior, sem prejuízo do início imediato de funções.

2. A Comissão de Ética reúne em plenário, ordinária e presencialmente, ou por teleconferência, pelo menos quatro vezes por ano, sob convocação do seu Presidente.

3. A título excecional e com razões fundamentadas, pode a Comissão de Ética reunir extraordinariamente.

4. De todas as reuniões da Comissão de Ética será lavrada uma ata da qual deve constar, nomeadamente:

- a) Menção da data, hora e local de reunião;
- b) Ordem de trabalhos;
- c) Identificação de todos os membros fisicamente presentes e respetiva assinatura;
- d) Identificação dos pedidos avaliados, objetivo e tipo de avaliação efetuada;
- e) As deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

4.1. Nos casos em que a Comissão de Ética assim o deliberar, a ata é aprovada logo na reunião a que disser respeito.

5. Das reuniões da Comissão de Ética da UBI será lavrada ata sucinta, que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

6. Eventuais declarações de voto a incluir em ata são da responsabilidade de quem as emite e apenas serão apensas à respetiva ata, caso sejam entregues por escrito até ao final da reunião a que dizem respeito.

7. Nas reuniões da Comissão de Ética não podem ser aprovadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos do dia, salvo se reconhecida a urgência na deliberação imediata, proposta por pelo menos dois terços dos membros da Comissão.

8. As reuniões da Comissão de Ética não são públicas.

9. Por decisão da Comissão de Ética, podem participar nas reuniões, sem direito a voto:

a) Personalidades convidadas para se pronunciarem sobre assuntos da sua especialidade ou de interesse para a Comissão de Ética;

b) Colaboradores sempre que convocados para reuniões de apreciação de processos com que estão envolvidos e apenas no que a este se refere.

10. Desempenha as funções de Secretário da Comissão de Ética, sem direito a voto, um Representante do Secretariado a que se refere o artigo 9.º.

11. A convocatória de cada reunião ordinária é formalmente emitida, em princípio por via eletrónica, com um mínimo de cinco dias de antecedência, devendo constar a data, hora e local da reunião, assim como a respetiva ordem de trabalhos.

12. A título excecional e com razões fundamentadas, pode a Comissão de Ética reunir extraordinariamente através de uma convocatória que não cumpra o prazo determinado no ponto 11, desde que a mesma seja recebida por todos os seus membros com um mínimo de 72 horas de antecedência.



13. Em casos devidamente justificados pode ser dispensada aos membros a presença física nas reuniões, aceitando-se a participação à distância através de teleconferência.

Artigo 12.º

Quórum e Deliberações

1. As deliberações da Comissão de Ética são tomadas em reunião, por maioria simples dos membros presentes.
2. As deliberações apenas são válidas se estiverem presentes, pelo menos, metade dos membros da Comissão de Ética.
3. Para efeitos de emissão de pareceres de avaliação de processos submetidos, sempre que estes não levantem quaisquer dúvidas ou divergências, aos membros da Comissão de Ética poderá a sua aprovação ser efetivada por via electrónica recorrendo a programa informático específico, e necessariamente por unanimidade, atentos aos comentários do relator e a não dispensa do conhecimento do projeto por parte do membro que vota.
4. As votações da Comissão de Ética realizam-se por braço no ar, salvo o disposto no número seguinte.
5. Far-se-ão por escrutínio secreto:
 - a) As eleições;
 - b) As deliberações sobre a situação de qualquer membro da Comissão de Ética.
6. Não é admitido o voto por procuração;
7. Quando a votação produzir empate, o Presidente da Comissão de Ética exercerá o seu voto de qualidade.

Artigo 13.º

Obrigatoriedade e prazos

1. A Comissão de Ética tem obrigatoriamente de emitir parecer, por escrito, no prazo máximo de sessenta dias úteis sobre a data em que fica completo o processo de pedido de apreciação.
2. Se solicitado, deve a Comissão de Ética elaborar também, dentro do prazo referido no ponto anterior, uma cópia ou uma síntese do parecer em língua inglesa.
3. Excecionalmente em situações particularmente complexas e com base em razões fundamentadas em detalhe e por escrito, podem estes prazos ser ampliados por períodos de trinta dias.

Artigo 14.º

Direitos e Deveres dos Membros da Comissão de Ética

1. Constituem direitos dos membros da Comissão de Ética:

- a) Participar nas discussões e apresentar declarações de voto por escrito quando aplicável;
- b) Solicitar por escrito os esclarecimentos e informações que entendam necessários para o exercício das competências da Comissão de Ética;
- c) Ter acesso à informação solicitada para o exercício das competências da Comissão de Ética num prazo razoável.

2. Constituem deveres dos membros da Comissão de Ética:

- a) Comparecer e permanecer nas reuniões da Comissão de Ética e Comissões “ad-hoc” a que pertençam;
- b) Participar nas votações;
- c) Desempenhar as funções para que sejam designados, salvo escusa justificada;
- d) Comunicar, sempre que possível com antecedência, as faltas e os seus impedimentos relativamente às reuniões da Comissão de Ética ou Comissões “ad-hoc” a que pertençam.

Artigo 15.º

Transparências de procedimentos

1. De cada reunião da Comissão de Ética será lavrada a respetiva ata que pode ser consultada pelos interessados que o solicitem.
2. Os pareceres da Comissão de Ética emitidos nas condições a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º, deverão ser suscetíveis de consulta por quem o solicite e eventualmente os elementos de suporte aos mesmos, salvo as situações de exceção referidas no ponto seguinte.
3. Podem ser excecionadas as matérias referentes a investigação que, fundamentadamente, por razões de competitividade ou da sua aplicação ao mundo dos negócios, contenham matéria que os seus autores desejam que seja mantida sigilosa.

Artigo 16.º

Independência e Conflitos de Interesses

1. A Comissão de Ética deve atuar de forma totalmente independente e imparcial relativamente aos órgãos de Gestão e Direção da Universidade e das suas Unidades Orgânicas ou a qualquer outra entidade ou pessoa, interna ou externa.
2. Os membros e consultores da Comissão de Ética, bem como o pessoal que colabora no secretariado de apoio ou outro, não podem ter interesses financeiros ou outros ou em entidades que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.
3. Para efeitos do disposto no número anterior será aprovado por despacho do Reitor por proposta do Presidente da Comissão de Ética um modelo de declaração de inexistência de incompatibilidades.

Gabinete do
Reitor

4. É absolutamente vedado aos membros da Comissão de Ética a utilização para proveito próprio de informação que tenham tido conhecimento no exercício das suas atividades na Comissão, nomeadamente a constante nos protocolos de investigação, sem expressa anuência e autorização dos seus autores.

5. No início de cada reunião é verificada a actualização da declaração de inexistência de incompatibilidades. Deve ser declarado e registado em conformidade em ata qualquer conflito de interesses que possa existir por parte dos seus membros no que respeita a qualquer assunto ou parecer. Para este efeito, considera-se que existe conflito de interesses sempre que um interesse, quer de âmbito financeiro, quer relacionado com amizades, rivalidades ou convicções pessoais, ou laços familiares possa interferir com o dever de imparcialidade a que os membros da Comissão se encontram obrigados.

Artigo 17.º **Confidencialidade**

Os membros e consultores da Comissão de Ética bem como o pessoal que colabora no secretariado de apoio ou outro, estão adstritos ao cumprimento do dever de confidencialidade e protecção de dados pessoais a que tenham acesso no exercício das suas funções nesta Comissão, incluindo o conteúdo dos documentos analisados.

Artigo 18.º **Disposições Finais**

As presentes normas de organização e funcionamento entram imediatamente em vigor e qualquer alteração é da competência exclusiva do Reitor.